

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - 2008/2009

Por este presente instrumento particular, de um lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BLUMENAU**, com sede em Blumenau-SC, na Rua Professor Luiz Schwartz, 81, bairro Velha, representando os trabalhadores do Grupo 3 da CNTI, conforme anexo do artigo 577 da CLT, inclusive as categorias afins, como: trabalhadores em obras de saneamento urbano e drenagem; sondagem; britagem; estaqueamentos; usinas de concreto e serviços de instalação e manutenção de redes de telecomunicações e gás (obras civis), com extensão de base nos municípios de Gaspar, Timbó e Indaial, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **ALBERTO FRANCISCO PEREIRA**, e, de outro lado, o **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MARCENARIAS, DE MÓVEIS DE JUNCO E VIME, VASSOURAS, CORTINADOS E ESTOFOS DE BLUMENAU**, com sede em Blumenau-SC, na Rua XV de Novembro, 550, 4º andar, Centro, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **OLEGÁRIO SCHMITZ**, fica celebrado e firmado, dentro da base territorial comum, a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULAS ECONÔMICAS

CLÁUSULA 01 – CORREÇÃO SALARIAL

As empresas integrantes da categoria econômica reajustarão, no mês de junho/2008, os salários dos empregados, mediante a aplicação do percentual de **7,50%** (sete vírgula cinco por cento), sobre os salários praticados em julho/2007.

Parágrafo Primeiro: Ficam as empresas autorizadas a compensar as antecipações salariais concedidas de forma linear, no período de julho de 2007 a maio de 2008.

Parágrafo Segundo: Mediante a aplicação do percentual referido no *caput* desta cláusula pelas empresas integrantes da categoria econômica, aos salários dos empregados, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau, concede plena e geral quitação, do período revisando, ou seja, 01 de junho de 2007 a 31 de maio de 2008.

CLÁUSULA 02 – SALÁRIO NORMATIVO

Os pisos salariais da categoria profissional, a partir de 01 de junho de 2.008, para uma carga de trabalho mensal de 220 horas, serão os seguintes:

Cargo/Função	Valor Mensal	Valor por Hora
Servente	R\$ 499,40	R\$ 2,27
Auxiliar de Produção	R\$ 499,40	R\$ 2,27
Auxiliar de Operador de Máquina	R\$ 558,80	R\$ 2,54
Auxiliar de Marceneiro	R\$ 558,80	R\$ 2,54
Operador de Máquina	R\$ 715,00	R\$ 3,25
Pintor	R\$ 715,00	R\$ 3,25
Lustrador	R\$ 715,00	R\$ 3,25
Profissional	R\$ 715,00	R\$ 3,25
Marceneiro	R\$ 862,40	R\$ 3,92

Parágrafo Primeiro: Fica substituída a nomenclatura do cargo de Serviços Gerais (limpeza de ambiente), constante da CCT 2007/2008, pela de Servente.

Parágrafo Segundo: Profissional é o empregado que desempenha uma função definida. (Exemplo: Operador de Máquina, Lustrador, Pintor, etc.).

Parágrafo Terceiro: Sobre os pisos salariais, não incidirão os percentuais negociados na cláusula primeira.

CLÁUSULAS SOCIAIS

CLÁUSULA 03 - ANOTAÇÃO DO REGISTRO PONTO

O espaço de tempo registrado no livro ou cartão de ponto igual ou inferior a 15 (quinze) minutos, imediatamente anteriores ao início ou posteriores ao término da jornada de trabalho, não será considerado como tempo à disposição do empregador, desde que efetivamente não trabalhado.

CLÁUSULA 04 - BANCO DE HORAS

As empresas ficam autorizadas a implantar o BANCO DE HORAS. Para tanto, deverão solicitar a presença do representante do Sindicato dos Trabalhadores, para, em conjunto com os empregados e a empresa, ajustarem os termos do acordo, para implementação do Banco de Horas.

CLÁUSULA 05 - PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Ficam as empresas autorizadas a prorrogar o horário de trabalho, em até duas horas diárias, totalizando na semana 44 (quarenta e quatro) horas, ficando automaticamente compensados os sábados e satisfeitos os artigos 59, parágrafo segundo e 413 da CLT, sem que as mesmas sejam consideradas horas extraordinárias.

Parágrafo Único: Os atestados médicos emitidos para estes dias, correspondem à jornada normal mais a prorrogação do dia.

CLÁUSULA 06 - PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

As empresas poderão estabelecer diretamente com seus empregados, programas de compensação de dias intercalados com feriados, fins de semana e festas de final de ano, que recaiam no início ou fim de semana, de tal sorte que os empregados tenham um final de semana prolongado, desde que aprovado pela maioria. Caberá a empresa, encaminhar cópia do referido acordo ao Sindicato Profissional, com o ciente dos trabalhadores.

CLÁUSULA 07 – HORAS DE VIAGEM

Havendo necessidade do empregado se deslocar para outros Municípios e/ou Estados, a empresa pagará toda despesa de transporte, pernoite, estadia, inclusive as horas de viagem à disposição da empresa, que serão pagas como normais.

Parágrafo Único: O empregado poderá optar em folgar as horas de viagem a razão de hora por hora, desde que até 24 do mês, comunique a empresa em que data(s) do mês subsequente, pretende usufruí-las. Não manifestada a opção, segue-se o previsto no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA 08 – ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os atestados fornecidos por médicos e dentistas da entidade sindical profissional, ou conveniados serão aceitos pelas empresas para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA 09 - FÉRIAS

O início das férias individuais ou coletivas será fixado em dia útil da semana, excluído o sábado, sendo que, das coletivas, quando concedidas entre dezembro e janeiro, será excluído o dia 1º de janeiro.

CLÁUSULA 10 - FÉRIAS PROPORCIONAIS

O empregado que rescindir espontaneamente contrato de trabalho, antes de completar 1 (um) ano de serviço terá direito ao recebimento de férias proporcionais, a razão de 1/12 (um doze avos) da respectiva remuneração mensal, por mês completo de trabalho ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

CLÁUSULA 11 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

O pagamento do salário será feito mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e do qual constarão a remuneração, com a discriminação das parcelas, a produção, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a previdência social e o valor correspondente ao FGTS.

CLÁUSULA 12 - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

Ficam as empresas autorizadas a efetuar descontos na folha de pagamento de seus empregados, sendo assegurado ao mesmo, direito de opor-se ao desconto, mediante prévia e escrita comunicação, devidamente protocolada no departamento pessoal da empresa.

CLÁUSULA 13 - ALIMENTAÇÃO

As empresas com mais de **20 (vinte) empregados** fornecerão almoço na forma e condições estabelecidas no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

Parágrafo Primeiro: Os empregados participarão dos custos da alimentação fornecida diariamente, na proporção de até 20% (vinte por cento).

Parágrafo Segundo: As empresas que já concedem o estabelecido nesta cláusula, sem a participação do empregado em seus custos, não poderão valer-se do que prevê o parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro: Respeitado o previsto no parágrafo segundo desta cláusula, as empresas, também estão autorizadas a descontar o custo diário da alimentação em 100% (cem por cento), no caso de falta injustificada.

Parágrafo Quarto: Fica facultado às empresas, respeitado o previsto no parágrafo segundo desta cláusula, substituir o fornecimento direto de alimentação previsto no caput, através da entrega diária de vales refeição e/ou alimentação, no valor unitário de R\$ 6,00 (seis reais), cabendo ao empregado a participação em até 20% (vinte por cento) do valor do vale.

Parágrafo Quinto: As partes convencionam que o presente benefício não integrará o salário do empregado para quaisquer efeitos.

Parágrafo Sexto: O não cumprimento do previsto nesta cláusula importará no pagamento ao trabalhador não contemplado, de multa no valor de R\$ 7,00 (sete reais), por dia útil de trabalho.

Parágrafo Sétimo: Fica estabelecido que as empresas abrangidas por esta cláusula, terão prazo 120 (cento e vinte) dias para concessão deste benefício, a contar da assinatura desta Convenção.

CLÁUSULA 14 – FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E ÁGUA POTÁVEL

Havendo necessidade de o empregado trabalhar mais de 10 (dez) horas diárias, fica a empresa obrigada a oferecer-lhe lanche, gratuitamente. Os empregados terão água potável à sua disposição no local de trabalho.

Parágrafo Único: As empresas com mais de 10 (dez) empregados terão à disposição do trabalhador, um bebedouro, com jato inclinado, com água filtrada e gelada.

CLÁUSULA 15 - PROTEÇÃO DO TRABALHADOR

No primeiro dia de trabalho, o trabalhador deverá receber instruções sobre higiene, prevenção e segurança no trabalho.

CLÁUSULA 16 – LAUDO AMBIENTAL

As empresas terão que elaborar laudo ambiental e depositar no Sindicato, por função e local de trabalho, a fim de verificar os agentes nocivos à saúde dos trabalhadores, visando adequar às exigências do Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA 17 - UNIFORME E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Desde que exigidos por lei ou pelas empresas, estas fornecerão, gratuitamente, uniformes e equipamentos de segurança, substituindo-os quando estiverem sem condições de uso, obrigando-se o empregado a usá-los, sob pena de ser enquadrado no art. 482 da CLT, unicamente nos locais de trabalho e a devolvê-los no ato de sua substituição ou por ocasião de sua demissão.

CLÁUSULA 18 - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

Nos casos de acidente de trabalho, a empresa enviará mensalmente ao Sindicato, cópia fiel da CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho, conforme Lei 8.213/91, Art.22, § primeiro.

CLÁUSULA 19 - MANUTENÇÃO DO EMPREGADO INCAPACITADO POR ACIDENTE DE TRABALHO

Ao empregado incapacitado fisicamente por acidente de trabalho, será proporcionada oportunidade para sua readaptação e conseqüente reaproveitamento em outro setor de trabalho, compatível com sua nova capacidade funcional, sob novas condições, pactua-das entre o empregador e o empregado, com assistência do Sindicato da categoria profissional.

CLÁUSULA 20 - ALISTAMENTO MILITAR

Será nula a dispensa sem justa causa do empregado em idade de prestação do serviço militar obrigatório, desde o exame médico inicial que o considerar apto a se incorporar, até o seu retorno ao trabalho, após sua desincorporação, dispensa ou suspensão temporária da prestação do serviço militar, desde que seja apresentado o comprovante de aptidão ao empregador, no prazo de 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA 21 - APOSENTADORIA

Não poderá ser dispensado pela empresa, o empregado que contar com 05 (cinco) ou mais anos de serviço ininterruptos de atividade na mesma empresa ou grupo econômico (§ 2º, art. 2º da CLT), se na data da dispensa estiver a 12 (doze) meses para completar o tempo da aposentadoria, quer especial, quer por tempo de serviço ou por idade, em seus prazos mínimos, desde que comprove através de documento fornecido pelo INSS, ressalvados os casos de dispensa por justa causa, pedido de

demissão, acordo entre as partes, transferência da empresa para outro estado ou cidade ou encerramento de atividades, cessando a garantia supra ao completar o empregado o período aquisitivo em seus limites mínimos.

Parágrafo Único: Para comprovação de tal condição, o empregado deverá apresentar à empresa, por ocasião da comunicação da dispensa, ou até a data prevista para o recebimento dos haveres rescisórios, documento oficial (INSS), que ateste sua condição de pré-aposentadoria, ou ainda, que tenha protocolado junto ao INSS, pedido para contagem de tempo de serviço com vistas à aposentadoria, sendo que este último, não dará direito à garantia aqui instituída, dependendo de confirmação complementar pelo INSS.

CLÁUSULA 22 – AVISO PRÉVIO

Está dispensado do cumprimento do aviso prévio, dado pelo empregador, o empregado que obter declaração da nova empregadora antes do término do referido aviso, ocasião em que serão remunerados apenas os dias do aviso efetivamente trabalhados. O mesmo critério será adotado com o pedido de demissão.

CLÁUSULA 23 – PRÊMIO APOSENTADORIA

O empregado que após 10 (dez) anos ininterruptos de atividade na mesma empresa ou grupo econômico (§ 2º, art. 2º da CLT), obtiver aposentadoria especial, por invalidez, por idade ou por tempo de serviço, fará jus à percepção de um prêmio correspondente a 1 (um) mês de sua remuneração, quando da rescisão contratual, sem qualquer reflexo, encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA 24 - HOMOLOGAÇÕES

Os contratos de trabalho superiores a 6 (seis) meses, quando rescindidos, serão homologados pelo Sindicato dos Trabalhadores, para que surta os efeitos legais, de acordo com o artigo 477 (quatrocentos e setenta e sete), parágrafo 1º da CLT.

CLÁUSULA 25 - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

Na assistência sindical nas rescisões contratuais, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau, exigirá a apresentação dos seguintes documentos: Termo de Rescisão Contratual em 6 (seis) vias, Carteira Profissional, Aviso Prévio ou Pedido de Demissão, Extrato de FGTS, Apresentação do depósito da multa do FGTS, Guias para Habilitação ao Seguro Desemprego (nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 12/03/92, na Secretaria Nacional de Trabalho), Atestado Demissional (nos termos da Portaria nº 24 de 29/12/94, NR-7), Certidão Negativa de Débito perante o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e Mobiliário de Blumenau e Certidão Negativa de Débito das Empresas com o Sindicato das Indústrias de Marcenaria, de Móveis de Junco e Vime, Vassouras, Cortinados e Estofos de Blumenau, emitidas pelas respectivas entidades.

Parágrafo Único: Caberá ao Sindicato Profissional, encaminhar mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente, cópia de todos os Termos de Rescisões dos Contratos de Trabalho por este homologados, atinentes à categoria Patronal.

CLÁUSULAS SINDICAIS

CLÁUSULA 26 - ACESSO DO REPRESENTANTE SINDICAL NA EMPRESA

O dirigente sindical no exercício de suas funções terá garantido acesso à empresa, dentro do horário normal de funcionamento desta, devidamente acompanhado pelo responsável do setor, dando prévio conhecimento ao empregador.

CLÁUSULA 27 - QUADRO DE AVISOS

Fica estabelecida garantia ao Sindicato da categoria profissional para colocação de quadro de avisos nos estabelecimentos empresariais, em locais visíveis e de fácil acesso, desde que não contenham ataques ao empregador e somente com visto do departamento pessoal.

CLÁUSULA 28 - SINDICALIZAÇÃO

As empresas se propõem a favorecer a sindicalização de seus empregados, inclusive quando da admissão de novos empregados, e a recolher para os cofres do referido Sindicato as mensalidades e outros recolhimentos por eles devidos.

CLÁUSULA 29 - DESCONTOS DAS MENSALIDADES

As empresas descontarão em folha de pagamento, em favor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau, o valor relativo à mensalidade fixada aos seus associados, mediante expressa e escrita autorização do empregado. O repasse das mensalidades descontadas se dará no prazo máximo até o dia 20 do mês subsequente ao do desconto, cabendo ao Sindicato profissional encaminhar a empresa e a seu escritório relação nominal e o valor para cada empregado associado até o dia 25 do mês. Caso o recolhimento seja posterior a esta data, as empresas pagarão multa de 2% (dois por cento) sobre o valor recolhido e juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por mês mais correção monetária. Após o sexto mês, a multa será de 95% (noventa e cinco por cento) do valor original do débito.

CLÁUSULA 30 - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA / TAXA NEGOCIAL

Conforme deliberação da assembléia geral extraordinária dos trabalhadores da categoria profissional, realizada no dia, 29/02/08 as empresas descontarão de todos os empregados, mensalmente, o percentual de 1,0% (um por cento) sobre o salário, recolhendo em favor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau, até o dia 15 do mês subsequente, objetivando o custeio

do sistema confederativo / taxa negocial e despesas realizadas nas negociações da CCT, conforme o preceituado no item IV, do artigo 8º, da Constituição Federal e artigo 513 letra (e) da CLT.

Parágrafo Único: Os trabalhadores não associados que se opuserem ao desconto, deverão comparecer pessoalmente no sindicato, onde assinarão requerimento cuja cópia será remetida pela entidade obreira à respectiva empresa, comunicando o não desconto em folha.

I - A Contribuição Confederativa será distribuída para o custeio confederativo da seguinte forma: 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) para o Sindicato dos Trabalhadores, 0,3% (zero vírgula três por cento) para Federação (FETICOM) e 0,2% (zero vírgula dois por cento) para Confederação (CNTI) sendo que este último percentual será repassado à Federação e esta fará o repasse para a Confederação.

II - Com esta contribuição será assegurado a todos os trabalhadores que contribuírem, associados ou não, e seus dependentes, esposa desempregada e filhos até 16 anos, de acordo com o Estatuto da entidade e seu Regulamento, consulta médica de clínica geral e assistência jurídica trabalhista, na sede da entidade, e a rede de convênios na área da saúde com especialistas, clínicas, laboratórios e outros.

III - As empresas enviarão mensalmente ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau, relação dos empregados que sofreram o desconto confederativo / taxa negocial contendo o nome e a importância descontada.

IV - O Sindicato Profissional ficará responsável por eventuais reclamações e ônus que resultar do cumprimento desta cláusula.

CLÁUSULA 31 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS

Em Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato das Indústrias de Marcenarias, Móveis de Junco e Vime, Vassouras, Cortinados e Estofos de Blumenau, a categoria econômica, realizada em 26/05/08, aprovou, com fundamento no artigo 513, da CLT, combinado com o artigo 8º da Constituição Federal, o estabelecimento de uma Contribuição Assistencial, nos seguintes valores, conforme o número de empregados: Empresas sem empregados, R\$ 80,00 (oitenta reais); até 05 (cinco) empregados, 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo; 06 (seis) a 15 (quinze) empregados, 100% (cem por cento) do salário mínimo; mais de 15 empregados, 200% (duzentos por cento) do salário mínimo, a qual será cobrada em duas parcelas, sendo a primeira em 10/08/2008 e a segunda, em 10/11/2008, em guia a ser fornecida pelo Sindicato Patronal, que deverá ser pago no Banco ou diretamente na Secretaria do Sindicato.

Parágrafo Único: A falta de recolhimento da contribuição, ou o recolhimento efetuado fora do prazo acima estabelecido implicará na multa de 2% (dois por cento), além de juros de mora de 1% ao mês e despesas decorrentes de eventual cobrança

judicial e honorários advocatícios, ficando eleito o foro de Blumenau para ajuizamento das ações de cobrança da mencionada contribuição.

CLÁUSULA 32 - PENALIDADES

A parte que descumprir as normas da presente Convenção, sofrerá uma multa de 2% (dois por cento) do piso da categoria, reajustada esta pela correção salarial da categoria, por infração revertendo em favor da parte prejudicada, excluídas as cláusulas, às quais já são atribuídas multas específicas.

Parágrafo Único: A cobrança será feita através da Justiça do Trabalho, bem como as demais contribuições em favor do Sindicato, de acordo com o presente instrumento.

CLÁUSULA 33 - VIGÊNCIA

A presente Convenção terá vigência de um ano, a contar de 01 de junho de 2008 até 31 de maio de 2009, com exceção do Parágrafo Único, da Cláusula 07 – Horas de Viagem, que passará a vigorar a partir de 08 de agosto de 2008 até 31 de maio de 2009.

E por estar assim, justo e convencionado, firmam os Presidentes de ambas as entidades, a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, devendo a primeira via ser arquivada na Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Santa Catarina.

Blumenau, 08 de agosto de 2008.

ALBERTO FRANCISCO PEREIRA

CPF nº 383.185.129-87

**Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas
Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau**

OLEGÁRIO SCHMITZ

CPF nº 383.990.329-72

**Presidente do Sindicato das Indústrias de Marcenarias,
Móveis de Junco e Vime, Vassouras, Cortinados e Estofos de Blumenau**

TESTEMUNHAS:

ÍNDICE:

CLÁUSULAS ECONÔMICAS

CLÁUSULA 01 – CORREÇÃO SALARIAL

CLÁUSULA 02 – SALÁRIO NORMATIVO

CLÁUSULAS SOCIAIS

CLÁUSULA 03 - ANOTAÇÃO DO REGISTRO PONTO

CLÁUSULA 04 - BANCO DE HORAS

CLÁUSULA 05 - PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

CLÁUSULA 06 - PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

CLÁUSULA 07 – HORAS DE VIAGEM

CLÁUSULA 08 – ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

CLÁUSULA 09 - FÉRIAS

CLÁUSULA 10 - FÉRIAS PROPORCIONAIS

CLÁUSULA 11 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 12 - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 13 - ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA 14 – FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E ÁGUA POTÁVEL

CLÁUSULA 15 - PROTEÇÃO DO TRABALHADOR

CLÁUSULA 16 – LAUDO AMBIENTAL

CLÁUSULA 17 - UNIFORME E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CLÁUSULA 18 - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

**CLÁUSULA 19 - MANUTENÇÃO DO EMPREGADO INCAPACITADO POR ACIDENTE
DE TRABALHO**

CLÁUSULA 20 - ALISTAMENTO MILITAR

CLÁUSULA 21 - APOSENTADORIA

CLÁUSULA 22 – AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA 23 – PRÊMIO APOSENTADORIA

CLÁUSULA 24 – HOMOLOGAÇÕES

CLÁUSULA 25 - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULAS SINDICAIS

CLÁUSULA 26 - ACESSO DO REPRESENTANTE SINDICAL NA EMPRESA

CLÁUSULA 27 - QUADRO DE AVISOS

CLÁUSULA 28 - SINDICALIZAÇÃO

CLÁUSULA 29 - DESCONTOS DAS MENSALIDADES

CLÁUSULA 30 - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA / TAXA NEGOCIAL

CLÁUSULA 31 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS

CLÁUSULA 32 - PENALIDADES

CLÁUSULA 33 - VIGÊNCIA